

A fabricação da verdade no TikTok: performance de objetividade e construção de autoridade a partir de imagens digitais

The Manufacturing of Truth on TikTok: The Performance of Objectivity and the Construction of Authority through Digital Images.

Romerito Vieira Pontes ¹
Eli Borges Junior ²

Resumo: Este artigo analisa a construção da autoridade e da objetividade no ecossistema midiático contemporâneo, com foco nas Inteligências Artificiais Generativas e nas práticas de visualização de dados. Partindo da premissa goffmaniana de que a autoridade é uma performance sustentada por uma “fachada” e por um “equipamento expressivo”, defende-se que a neutralidade técnica não é atributo intrínseco aos dados, mas resultado de operações retóricas e estéticas deliberadas. Por meio de revisão bibliográfica que articula “empréstimo conceitual”, “gramática visual da verificação” e “ancoragem do real”, o estudo examina como a sofisticação formal e o léxico científico silenciam dissensos e ocultam agências humanas e ideológicas. Conclui-se que a mediação intensifica a industrialização da objetividade performada, instaurando um regime em que a estética do rigor suplanta a checagem factual e produz fadiga informacional.

Palavras-Chave: autoridade discursiva, visualização de dados, inteligência artificial, Comunicação e tecnologia

Abstract: This article analyzes the construction of authority and objectivity in the contemporary mediated ecosystem, focusing on Generative Artificial Intelligence and data visualization practices. Drawing on the Goffmanian premise that authority operates as a performance sustained by a “front” and an “expressive equipment,” it argues that technical neutrality is not an intrinsic attribute of data, but the result of deliberate rhetorical and aesthetic operations. Through a literature review articulating the notions of conceptual borrowing, visual grammar of verification, and anchoring of the real, the study examines how formal sophistication and scientific lexicons function to silence dissent and obscure human and ideological agencies. It concludes that mediation intensifies the industrialization of performed objectivity, establishing a regime in which the aesthetics of rigor replaces factual verification and generates informational fatigue.

Keywords: discursive authority; data visualization; artificial intelligence; communication and technology.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: romeritovp@gmail.com

² Professor permanente do PPGCOM/UFJF. Coordenador do (AI)2Lab – Algorithms, AI & Image/CNPq. E-mail: eli.borges@ufjf.br

1. Introdução

Diz o dito popular que “o hábito faz o monge”. Sem entrar no mérito das distinções e definições, o postulado pela sabedoria popular é de que a autoridade de determinada ação não depende nem se impõe unicamente pelo seu conteúdo mas também pela sua forma. A lógica por trás de tal afirmação é uma velha conhecida da política desde os tempos de Maquiavel: não basta ser, é preciso parecer (sendo às vezes mais recomendável parecer do que ser). O que é válido para a política dos palacetes, vale também para o cotidiano. O vendedor de colchões no centro da cidade, ao vestir-se de jaleco, performa um papel de autoridade científica na tentativa de transferi-lá, por justaposição, à sua mercadoria.

Esse exemplo corriqueiro ilustra algo mais profundo sobre como construímos confiança no dia a dia. Essa "performance" procura justamente transferir autoridade já que ela nem sempre é algo inerente ao fato ou atribuída ao objeto. Ao contrário, ela é construída através de sinais visuais e simbólico. Um uniforme policial impõe respeito imediato, assim como um terno bem cortado faz um executivo parecer mais competente. Como explica Erving Goffman em seu *A representação do eu na vida cotidiana*, é preciso considerar a “fachada pessoal” como parte do equipamento expressivo e para os quais são esperadas algumas manifestações de distinção relacionadas a função ou categoria, sexo, vestuário, idade, raça, gestos corporais e etc. E se esses elementos são parte da transmissão de significa, não é absurdo esperar que se tente ativamente manipulá-los na intenção de produzir significação (GOFFMAN, 2014). O jaleco do vendedor não difere do diploma na parede no consultório do médico de fato.

A eficácia da comunicação técnica reside na sua capacidade de mimetizar a neutralidade através de tais decisões performativas, estéticas e de composição. Gráficos, tabelas e layouts estruturados não são apenas suportes de dados, mas ferramentas performativas que emprestam uma aura de precisão ao conteúdo. Essa 'estética da verdade' induz à percepção de uma informação livre de vieses, quando, na realidade, resulta de decisões deliberadas de enquadramento. Ao privilegiar a forma técnica, a comunicação midiaticizada ancora narrativas específicas, mascarando os interesses e as limitações humanas que moldam os dados antes mesmo de sua visualização.

Este artigo argumenta que a tecnologia não é um meio neutro. Ela opera através de decisões gráficas e estéticas que visam "ancorar" versões da realidade. No contexto das LLMs e geradores de imagem, a sofisticação técnica do *output* atua como o "jaleco" da informação.

Gráficos gerados por algoritmos, relatórios sintéticos com design sóbrio ou imagens hiper-realistas criam uma "gramática de objetividade" que mascara vieses e limitações de dados. A problemática se agrava na rapidez do ecossistema midiático, onde a performance da autoridade visual é usada para conferir "efeito de verdade" a desinformações. Ao mimetizar a estética do rigor científico ou jornalístico, conteúdos sintéticos criam uma ilusão de unanimidade e urgência. O risco reside na consolidação de bolhas onde a forma – cada vez mais bem realizada pelas IAs – substitui a verificação, silenciando a diversidade de perspectivas em favor de uma realidade simulada e tecnicamente incontestável.

2. O empréstimo conceitual e o caso das IAs

A construção da autoridade no discurso não pode ser compreendida como um atributo imanente ao conteúdo da mensagem, nem como uma decorrência natural da evidência factual. Ao contrário, manifesta-se como o resultado de uma operação simbólica complexa de deslocamento, apropriação e mimetismo linguístico e simbólico. O debate filosófico sobre a “natureza” linguística das IAs é ilustrativo nesse sentido.

Luciano Floridi e Anna Nobre (2024) discutem exatamente como a terminologia implicada na explicação dessa natureza se faz por meio do “empréstimo conceitual”. Esse mecanismo, explicam, consiste em um processo no qual um campo emergente do saber — ou uma nova tecnologia — integra ao seu repertório o vocabulário técnico de áreas já consagradas pelo prestígio científico. O objetivo primordial dessa transposição é a busca por uma ancoragem epistemológica já validada. Ao adotar termos de disciplinas estabelecidas, o novo objeto de estudo herda, por justaposição semântica, uma aura de rigor e maturidade. Essa herança semântica funciona como a 'fachada pessoal' goffmaniana aplicada ao código. Aqui, performance é o uso deliberado de termos prestigiados para construir autoridade, como descrevem os autores. O empréstimo conceitual, portanto, prepara o palco para que a máquina não seja vista como um motor de cálculo, mas como um agente de saber. Essa, aliás, foi a intenção declarada dos fundadores do campo.

Floridi e Nobre descrevem ainda como Carl Schmitt analogamente argumenta, em sua análise sobre a teologia política, que os conceitos centrais da teoria do Estado moderno são categorias teológicas secularizadas. Na visão schmittiana, a autoridade do legislador moderno opera como uma imagem transposta da onipotência divina e, assim sendo, a força da lei não

emana apenas de sua racionalidade jurídica, mas da transferência de um poder transcendente para a esfera do Estado. De forma análoga, a comunicação técnica contemporânea opera uma espécie de "secularização de prestígios" ao integrar o léxico da biologia, da neurociência ou da psicologia. Nesse movimento, esses discursos adquirem uma densidade de significados que orienta a percepção pública para além da realidade material imediata do que está sendo descrito. Análoga à secularização schmittiana, o léxico técnico transfere prestígio, mas não garante verificabilidade.

Essa transferência de autoridade, nos parece, constitui um fenômeno inerente à evolução das linguagens técnicas, mas que demanda um olhar crítico sobre suas implicações. Trata-se de um exercício discursivo que molda a realidade ao padronizar as impressões de objetividade através de um equipamento expressivo específico. Quando um discurso se apropria de termos como "evidência", "inteligência", "atenção" ou "aprendizagem", ele performa uma distinção que visa situar o objeto dentro de uma tradição de excelência intelectual. O sucesso dessa operação reside na capacidade de o termo emprestado trazer consigo camadas de validação e rigor que são transferidas ao novo objeto por justaposição. Nesse cenário, a autoridade não se impõe apenas pela essência do fato, mas pela forma como ele é mediado por uma gramática de prestígio. Ao revestir a técnica com os signos tradicionalmente associados à cognição humana, o discurso desloca o objeto do escrutínio puramente instrumental e o posiciona no campo da autoridade intelectual legítima.

A própria gênese do campo é marcada por uma decisão terminológica estratégica que moldou sua recepção. Em 1956, ao organizar a Conferência de Dartmouth, John McCarthy preteriu nomenclaturas tecnicamente mais restritas, como "Processamento de Informações" ou "Estudos de Autômatos", em favor do significante "Inteligência Artificial". Essa escolha não foi meramente técnica, mas serviu para elevar o status da disciplina perante a comunidade acadêmica e investidores (FLORIDI e NOBRE, 2024). Ao realizar esse batismo, McCarthy fundou uma nova ontologia performativa. O significante "inteligência" funciona como um catalisador de expectativas, arrastando consigo as noções de consciência e discernimento. A partir desse empréstimo conceitual inicial, a arquitetura discursiva da área passou a operar em um regime de antropomorfização que, embora facilite a interação homem-máquina, cria um cruzamento linguístico: *"The crosswiring between neuroscientific and computational terms in AI and BCS [Brain and Cognitive Sciences] is problematic beyond just taking some metaphorical liberty"* (FLORIDI e NOBRE, 2024. p. 5). Quando descrevemos algoritmos estatísticos como capazes

de "aprender", realiza-se uma ponte conceitual que frequentemente oculta a infraestrutura matemática — a manipulação de pesos estatísticos — sob a mimese de um processo biológico.

Essa autoridade sustenta-se, em última instância, no que se pode compreender através da metáfora dos "papagaios estocásticos", proposta por Emily Bender conforme relatam Mark Coeckelbergh e David J. Gunkel (2025). A análise foca no problema da verificação ao distinguir a linguagem humana, fundamentada em um realismo referencial — onde a palavra ancora-se em experiências e objetos no mundo físico —, da manipulação algorítmica de signos. As máquinas operam em um regime de imanência linguística, processando "tokens" com base em probabilidades de vizinhança semântica. Elas, as IAs, se utilizam de significados produzidos pela humanidade e cristalizados em grandes bases de dados, organizando o significante de forma tão precisa que o usuário é inclinado a projetar nele uma consciência ou intenção que o sistema não possui. O perigo dessa configuração não reside em uma má intenção deliberada, mas no fato de que o signo pode se tornar um recipiente autossuficiente de autoridade. Ele deixa de precisar apontar para uma realidade externa para ser aceito como verdadeiro; basta que sua organização estética e estatística obedeça à expectativa de uma gramática de objetividade pré-estabelecida. Em outras palavras, não precisa ser humano, mas basta que "fale" como humano.

Nesse contexto, Coeckelbergh e Gunkel (2025) evocam a noção ritual de comunicação proposta por James Carey (1989) para expandir a compreensão sobre o papel das IAs. Se a visão tradicional de transmissão foca na eficácia do transporte de informações, a visão ritual entende a comunicação como um processo destinado à manutenção da sociedade no tempo e à representação de crenças compartilhadas. Sob essa ótica, o problema central das IAs não reside em uma falha de "transmissão" ou na ausência de originalidade, mas em sua capacidade de performar o ritual comunicativo de forma impecável. Mesmo restritas a uma base de dados cristalizada e operando como "remixadoras" de material preexistente, as máquinas conseguem sustentar um senso de comunalidade e de realidade compartilhada. Elas não precisam acessar o mundo físico para validar o que dizem; sua autoridade é legitimada pela repetição e pela redundância de padrões simbólicos que nós, humanos, reconhecemos como legítimos.

A IA, portanto, torna-se um participante ativo na manutenção da realidade social ao performar a "forma" do diálogo e do saber, independentemente de sua incapacidade de transcender os limites estatísticos de seu treinamento original. Os autores não se propõem a esse debate, mas é justo pensar se o ritual comunicativo das IAs atua também como uma força de

manutenção hegemônica. Ao mimetizar a forma do diálogo humano com perfeição estética, o sistema desencoraja a ruptura do ritual (o questionamento), naturalizando a autoridade da máquina através da repetição de padrões que o corpo social já está condicionado a aceitar como verdadeiros.

O uso corrente do termo "alucinação" para descrever inconsistências em Modelos de Linguagem de Larga Escala (LLMs) também é um exemplo categórico (FLORIDI e NOBRE, 2024). Ao transpor uma categoria da psicopatologia humana para uma falha de predição estatística, o discurso técnico opera um deslocamento retórico atribuindo ao sistema uma característica de subjetividade, ainda que falível. Se a máquina "alucina", o discurso pressupõe implicitamente que ela possui, em estado normal, a capacidade de percepção da verdade. Esse empréstimo conceitual acaba por suavizar a percepção de que o sistema é, na realidade, um calculador de probabilidades desprovido de compromisso ontológico com o real. Ao conferir à falha um nome humano, preserva-se a aura de autoridade da tecnologia, transformando limitações técnicas em características quase místicas. Esse movimento consolida o poder semântico da tecnologia, ancorando a percepção de que ali reside uma instância superior de saber, cuja forma linguística a protege do questionamento sobre suas limitações infraestruturais.

Por fim, esse regime de empréstimos conceituais reconfigura a percepção tanto da técnica quanto do humano. O fluxo de significados é multidirecional. Enquanto a tecnologia absorve o prestígio da vida biológica, as ciências humanas e biológicas por vezes passam a descrever a mente sob a lógica do processamento de dados. Esse intercâmbio pode levar a uma visão empobrecida da experiência subjetiva, reduzindo-a a uma métrica de eficiência. A autoridade, nesse contexto, passa a ser mediada por uma performance estética e terminológica. O significado torna-se o produto de uma montagem de prestígios, onde o critério de validação deixa de ser o acesso direto ao real e passa a ser a capacidade de organizar signos de modo que eles mimetizem o rigor e a neutralidade esperados. A realidade é disputada através dessas escolhas técnicas que fazem com que uma mensagem pareça objetiva, ocultando as limitações e os contextos culturais que moldam qualquer informação. Ao dominar a linguagem da ciência e do pensamento, esses discursos ancoram versões do mundo que podem invisibilizar outras perspectivas, tornando certas narrativas inquestionáveis devido à sofisticação de sua forma.

O sucesso desse regime de empréstimos reside, em última instância, na sua capacidade de operar uma 'higienização' do processo. O empréstimo semântico-linguístico, com sua conseqüente antropomorfização da máquina, apaga discursivamente as decisões humanas e os

vieses de programação, entregando um produto final que parece emanar de uma inteligência pura. Essa performance de autoridade, consolidada na camada da linguagem e do conceito, possui seu paralelo, ou melhor, sua extensão material na visualidade. Se a palavra estabelece a autoridade através do empréstimo de conceitos, a imagem a "fabrica" através de uma gramática visual que simula o testemunho bruto da realidade. É na transição do signo linguístico para o signo visual que a performance ganha mais uma camada, utilizando a estética da precisão para selar definitivamente o que o discurso começou a construir.

3. A Gramática Visual da Verificação e a fabricação estética do fato bruto

Se a autoridade do discurso técnico estabelece-se, em um primeiro momento, pela captura de um léxico de prestígio, sua consolidação definitiva no ecossistema midiático ocorre através da imagem técnica. Allan Deneuville propõe o conceito de Gramática Visual da Verificação (GVV) para descrever o conjunto de códigos, esquemas gráficos e convenções estéticas que, por sua própria configuração, pretendem enunciar a verdade e estabelecer uma adequação direta e inquestionável com a realidade factual. O autor desenvolve essa tese a partir do estudo das investigações de fontes abertas (Open Source Intelligence - OSINT) relacionadas ao massacre de Boutcha, no contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022. Nesse cenário de guerra informacional, a GVV opera como uma tecnologia de convicção: ela não se limita a exibir a prova, mas desenha a evidência de modo que o espectador sinta-se diante de um "fato bruto" e "objetivo", supostamente despido de interpretações humanas.

As formas visuais da OSINT têm a especificidade de operar sobre um sentimento de objetividade e de adequação com a realidade factual, graças à utilização de esquemas gráficos precisos. Proponho nomear este conjunto de esquemas visuais como uma «gramática visual da verificação» (GVV). Isto é, um conjunto de códigos gráficos que, por si mesmos, pretendem enunciar a verdade (DENEUVILLE, 2024. Tradução nossa).

A GVV funciona, portanto, como uma espécie de extensão material e visual do empréstimo linguístico discutido anteriormente. No caso de Boutcha, a disposição gráfica do dado — a análise de sombras em imagens de satélite para datar corpos na via pública ou o rastreamento de metadados de vídeos de drones — procura estabelecer um compromisso inalienável com o real. Essa gramática transforma a complexidade ambígua de uma imagem capturada em solo de guerra em uma conclusão política e jurídica inquestionável, servindo como o dispositivo

definitivo de ancoragem da narrativa em um ambiente de profunda saturação e disputa de versões.

A eficácia técnica dessa gramática reside na transformação da "busca por provas" em uma "construção de evidências" altamente estilizada. Um dos recursos primordiais dessa operação, segundo Deneuville (2024), é o uso de telas divididas (*split-screens*) e a justaposição de imagens de satélite a vídeos capturados ao nível do solo. Essa dinâmica de validação mútua cria uma aura de irrefutabilidade que não advém necessariamente da qualidade intrínseca da imagem, mas da coerência estética entre os artefatos. Quando um mapa de satélite, dotado de sua tradicional autoridade cartográfica e militar, parece "confirmar" a posição de um vídeo instável de celular, estabelece-se um efeito de verdade que oblitera a dúvida. A GVV, nesse sentido, retira a imagem de seu contexto de produção — muitas vezes caótico e incerto — e a reinsere em um sistema de coordenadas que simula a onisciência técnica. A autoridade, aqui, é uma propriedade do *layout*. A organização tabular e a simultaneidade das janelas de visualização transmitem uma sensação de rigor científico que desencoraja o questionamento sobre as lacunas interpretativas presentes em cada fragmento isolado.

Somado a isso, o uso de grafismos como setas, círculos e hachuras geométricas (*highlighting*) desempenha um papel crucial na orientação do olhar. Imagens de satélite ou registros de drones frequentemente apresentam-se como borrões de pixels indefinidos cujo significado original é opaco. A GVV intervém sobre essa incerteza ao "iluminar" pontos específicos com vetores de precisão. Quando uma seta vermelha aponta para uma mancha escura em um mapa e a etiqueta como "veículo militar" ou "cadáver", ela opera uma conotação forçada que faz a interpretação parecer uma observação direta e objetiva. O grafismo técnico funciona como uma âncora que fixa o sentido do pixel, impedindo que o espectador divague sobre outras possibilidades livremente. Essa operação evidencia que a verificação visual não é o desvelamento de uma verdade oculta, mas a imposição de uma clareza gráfica sobre o ruído da informação. Para ficarmos na ideia do "empréstimo", é como se a retidão geométrica do vetor emprestasse toda sua certeza à incerteza da prova material, selando o que Deneuville identifica como uma adequação fatalista entre o signo e o referente.

Contudo, a característica mais provocativa da Gramática Visual da Verificação é a sua natureza de "recipiente vazio". Deneuville demonstra que essa gramática é um invólucro técnico agnóstico, capaz de abrigar e legitimar discursos radicalmente opostos. Em episódios de alta voltagem geopolítica, como o massacre de Boutcha, observou-se que tanto veículos de

imprensa de prestígio internacional quanto canais anônimos em redes sociais utilizaram rigorosamente as mesmas ferramentas visuais como a ampliação granulada, a linha do tempo cronometrada e a comparação de metadados. O fato de que técnicas idênticas podem ser empregadas para sustentar verdades antagônicas, argumenta o autor, demonstra que a autoridade reside na forma técnica, em sua aparência de rigor, e na estética da investigação. Mas isso não necessariamente constitui uma prova material incontestável. A GVV permite, assim, o que ele chama de "competição de enquadramento" (*framing competition*). Enquadrar, neste contexto, consiste em selecionar fragmentos específicos da realidade e torná-los salientes através da estética visual para promover uma interpretação causal específica. Em um contexto onde é abundante a produção de imagens a todo momento, a gramática visual torna o encadeamento dos pontos uma tarefa que parece delegada ao espectador, quando, na verdade, a conclusão já foi pré-determinada pela arquitetura da visualização.

Essa plasticidade da forma visual é frequentemente explorada pela "doutrina da dúvida" e por narrativas conspiracionistas que, ao adotarem o estilo visual da OSINT, revestem suas alegações com a autoridade da investigação independente. Ao mimetizar a estética da transparência e do rigor cartográfico e científico, esses atores conseguem apagar a distinção entre a culpabilidade factual e a construção fictícia. Se um vídeo conspiratório utiliza a mesma gramática de um relatório da ONU a percepção de autoridade do público tende a se nivelar pela forma. A exibição de passaportes ou registros burocráticos, por exemplo, gera um "efeito de real" que atesta a autenticidade da investigação de maneira autorreflexiva: o documento está ali não para ser lido, mas para ser visto como um ícone de verdade. A GVV transforma a evidência em um espetáculo de precisão que procura guiar as conclusões de forma quase fatalista, independentemente da integridade dos dados subjacentes.

Ao fim, a eficácia da Gramática Visual da Verificação reside em sua capacidade de ancorar uma versão da realidade através da sofisticação da interface, performando uma estética socialmente reconhecida como objetiva. Ela opera como um ritual visual de manutenção do sentido, onde a repetição de padrões estéticos de "verdade" substitui a necessidade de um acesso direto ao fato. No mar de informações desestruturadas da era digital, a GVV oferece ao espectador um porto seguro de clareza gráfica. O risco, no entanto, é que essa clareza seja apenas a fachada de uma operação de poder discursivo que utiliza a estética da neutralidade para invisibilizar escolhas humanas, interesses políticos e limitações técnicas. Quando a forma se torna o principal avalista da verdade, a realidade deixa de ser um dado a ser descoberto para se tornar um

design a ser projetado, onde quem detém o controle sobre os vetores e as camadas de visualização detém, em última instância, o poder de definir o que se percebe como real.

4. A Retórica da Visualização e a Ancoragem do Real

Se a Gramática Visual da Verificação opera como uma espécie de fabricação do "fato bruto" no presente, a retórica da visualização expande esse domínio para as dimensões temporais do passado e do futuro, operando o que Amit-Danhi define como o eixo fundamental da ancoragem do real. Nesse estágio, a estética e a técnica convergem para moldar não apenas o que se vê, mas o que se projeta como realidade histórica ou desfecho inevitável. A ancoragem, nesse sentido, é o processo semiótico de fundamentar alegações sobre o desconhecido (no caso de sua pesquisa, especificamente o futuro político e social) em fontes externas de validação que emprestam à mensagem uma status de veracidade. Como o futuro é, por definição, um campo de incerteza paradoxal, a retórica visual atua para superar essa barreira ontológica através de camadas de ancoragem, sejam elas a evidencial, que se sustenta na validade percebida dos dados, e a visual, que se apoia no nível de realismo estético da imagem.

The layers parallel each other, with one dealing with the content of the future-oriented argument, and the second with its visual representation. While the evidential layer is envisioned as binary (anchored/unanchored), visual anchoring poses a continuum between realistic and manufactured aesthetics (AMIT-DANHI e AHARONI, 2023).

O poder dessa ancoragem reside frequentemente no uso estratégico do realismo estético e da memória coletiva. Atores políticos e institucionais frequentemente justapõem fotografias icônicas de eventos passados, como momentos de crise histórica, a gráficos e projeções estatísticas contemporâneas. Essa amálgama visual serve para transferir o peso factual de um evento já consolidado na memória social para interpretações subjetivas de metas futuras. Ao mobilizar o arquivo histórico, o emissor transforma uma discussão baseada em valores (o que "deveria" ser feito) em uma declaração fundamentada em fatos (o que "já foi possível"), conferindo uma autenticidade externa a promessas que ainda carecem de realização material. A imagem histórica funciona, portanto, como a âncora que estabiliza a flutuação dos dados estatísticos, oferecendo um porto seguro de "realidade" para narrativas que, de outra forma, seriam percebidas como meras abstrações programáticas.

Essa operação de poder manifesta-se com clareza na gestão da temporalidade estratégica, onde o tempo é usado de forma tática para persuadir sob a aparência de informar. Amit-Danhi

(2022b) identifica dois modos principais de engajamento temporal: o desvelamento e a imaginação. No modo de desvelamento, o foco recai sobre o passado e o presente para revelar o que "realmente está acontecendo", utilizando recursos como o *rewind* (retroceder) e o *report* (relato). No primeiro, dados históricos agregados são apresentados para evidenciar tendências ou atribuir culpabilidades por crises atuais, sugerindo que o passado dita o presente de forma determinística. No segundo, o dado numérico é utilizado para expor realidades ocultas, como desigualdades econômicas, criando uma "memória coletiva do presente" que serve de alicerce inquestionável para a agenda futura. Em ambos os casos, a visualização técnica performa uma autoridade de revelação, como se o gráfico fosse capaz de retirar o véu de complexidade do mundo para expor uma verdade numérica latente.

Por outro lado, o modo da imaginação projeta futuros possíveis para torná-los desejáveis ou temíveis, utilizando a estética dos *scoreboards* (placares). Ao apresentar estimativas, pesquisas eleitorais ou metas de campanha com o rigor gráfico de um placar esportivo ou financeiro, o discurso político cria uma sensação de evidência sobre um resultado que ainda não ocorreu. A estética do placar faz com que a vitória ou a derrota pareçam desfechos matematicamente inevitáveis, mesmo quando baseados em dados efêmeros ou projeções probabilísticas frágeis. Aqui, a forma visual do dado — a barra que sobe, o percentual que se aproxima do total — opera como um simulacro de destino. Complementarmente, as visões metafóricas utilizam símbolos de "fantasia" ou "pesadelo" para descrever futuros utópicos ou distópicos. Mesmo quando desprovidas de dados reais, essas visões adquirem uma aura de objetividade pelo simples fato de adotarem elementos visuais que mimetizam a sobriedade de gráficos e relatórios técnicos.

A re-visualização emerge, então, como a arena definitiva da disputa pelo poder discursivo (AMIT-DANHI, 2022a). Se grandes atores tendem a utilizar visualizações emocionais e genéricas, confiando em sua notoriedade institucional para dispensar o ônus da prova, atores periféricos, como ONGs e movimentos de resistência, precisam recorrer ao "poder cultural dos números" para serem ouvidos. A re-visualização é uma estratégia de resistência onde o dado é reconfigurado para desafiar narrativas dominantes. Isso ocorre através de técnicas como "*greener grasses*" (comparações desfavoráveis à leitura hegemônica) ou a *humanized poverty* (contextualização emocional de estatísticas socialmente impactantes).

To insert themselves into the public's agenda, they recruit their most powerful political resource: numeric values and the scientific approach. In contrast to primary

partisan actors, they cannot rely on their persona and standing to carry over the argument, and hence have no choice but to resort to data visualizations of numeric reality in order to challenge the very assertions that primary actors treat as obvious (AMIT-DANHI, 2022a, p. 105).

O grau de liberdade que o usuário tem para interagir com o dado, indo do visualizável ao construível, desempenha um papel fundamental na credibilidade dessa disputa. Interfaces que permitem ao usuário "acessar" o dado e configurar sua própria visualização criam uma aparência de agência e transparência. No entanto, essa profusão de interatividade pode causar uma ofuscação estratégica, escondendo a natureza fechada da mensagem política sob uma retórica de participação e liberdade de escolha.

Em última análise, a organização estratégica do tempo e do espaço através da visualização técnica define quem detém o direito de narrar a realidade. A autoridade, mais uma vez, não reside na pureza do dado, mas na sofisticação da interface e na capacidade de ancorar o discurso em rituais de veracidade visual. Ao controlar o modo como o passado é desvelado e o futuro é imaginado, os detentores dessa gramática visual conseguem selar narrativas políticas como se fossem verdades científicas, mascarando que por trás de cada gráfico, mapa ou placar, reside uma escolha humana deliberada e uma intenção de poder que visa fechar o horizonte de possibilidades em favor de uma versão única e tecnicamente inquestionável do real.

5. A performance de objetividade como regime de poder

A discussão que propomos aqui é a de que percepções de autoridade e objetividade em um mundo altamente mediatizado não é um atributo imanente do objeto ou derivado de sua pretensa evidência factual, mas sim o resultado de uma performance estética e técnica deliberada, determinada historicamente. Com o dito popular "o hábito faz o monge", não buscamos apenas uma metáfora, mas a identificação de um fenômeno central na comunicação técnica que é o fato de que a forma não é um invólucro neutro. Ao contrário, ela é comunicante e constitutiva do sentido e traz seus próprios sentidos definidos pelo uso social. Assim sendo, argumentamos que a forma é, em si, ideológica.

Tal performance da autoridade não é exclusiva dos meios mediatizados, mas uma dinâmica inerente ao próprio tecido social. Ao retomarmos Erving Goffman, compreendemos que a manutenção de uma 'fachada' e o uso de um 'equipamento expressivo' são ferramentas fundamentais da interação humana para legitimar papéis e posições. O que a mediatização opera –

e agora parece se acelerar com o uso de IAs –, contudo, é uma catalisação e um aprofundamento dessa lógica. Ela retira a performance do plano interpessoal e a transfere para o plano sistêmico e midiático. Se na vida cotidiana o 'jaleco' é uma performance individual, no ecossistema digital a 'estética da precisão', do real espontâneo, do ao vivo, torna-se uma performance automatizada. A submissão à lógica da mídia aprofunda esse processo ao exigir que a veracidade seja atestada instantaneamente pela forma, antes mesmo que o conteúdo possa ser processado.

Assumimos, portanto, que a neutralidade é uma construção retórica que procura eliminar, ou ao menos minimizar, todo o processo decisório (e político) na construção dos fatos. Tanto o léxico de prestígio das IAs (o "empréstimo conceitual") quanto a sofisticação gráfica das visualizações de dados (a "gramática da verificação") operam para apagar as digitais da agência humana. O que se apresenta como um "fato bruto" ou um "output objetivo" é, na realidade, o produto de uma série de decisões de enquadramento que acabam silenciando o dissenso e a ambiguidade. A técnica, portanto, funciona como um dispositivo de invisibilização onde quanto mais "precisa" e "científica" é a forma, mais protegida ela está do escrutínio crítico.

Outro ponto que queremos argumentar, é que os signos não são infinitamente maleáveis, eles possuem determinações históricas. O vetor, o gráfico de barras e o mapa de satélite não carregam autoridade por si sós, mas porque sequestram o prestígio acumulado por séculos de prática científica, militar ou mesmo jornalística. No contexto das LLMs e geradores de imagem, esse fenômeno é categórico: a IA não cria um novo regime de verdade, ela mimetiza o regime de verdade já validado pela humanidade para, então, devolvê-lo sob uma aura de infalibilidade estatística.

A assimetria de poder entre os atores é também um ponto crítico. A capacidade de produzir essa "estética da verdade" não é distribuída de forma equânime. Aqueles que detêm maiores recursos tecnológicos e institucionais possuem o monopólio – ou ao menos a hegemonia – da ancoragem do real. Se atores periféricos, como demonstrado na análise de Amit-Danhi, precisam recorrer arduamente ao "poder cultural dos números" para serem ouvidos, os sistemas de IA e os grandes centros de poder discursivo produzem essa autoridade de forma industrial e opaca, consolidando narrativas que se pretendem tecnicamente incontestáveis.

Por fim, cabe uma ressalva fundamental para evitar o determinismo tecnológico e minimizar um possível viés anti-tecnológico. A eficácia dessa performance não é absoluta, pois a comunicação não se encerra na emissão. Embora o "efeito de verdade" seja potente, o sentido é sempre negociado na recepção. O usuário/receptor não é uma tabula rasa. Ele é atravessado

por contextos e resistências e, em última instância, preserva sempre relativa autonomia nesse sentido. No entanto, o risco que se delineia no horizonte das IAs é o da fadiga da verificação. Em um ambiente saturado por gramáticas de objetividade cada vez mais perfeitas, o custo cognitivo da dúvida torna-se proibitivo. Assim, embora como Amit-Danhi estejamos aqui pontuando a possibilidade de resistência, é forçoso reconhecer que só se pode falar de “forças de resistência” se admitirmos que a tendência geral é a de uma determinação hegemônica em curso.

Referências

- AMIT-DANHI, EEDAN R.; AHARONI, TALI. “Seeing” into the future: Anchoring strategies in future-oriented Twitter visuals. **First Monday**, [S. l.], v. 28, n. 9, 2023. DOI: 10.5210/fm.v28i9.12884. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/12884>. Acesso em: 17 jan. 2026.
- AMIT-DANHI, EEDAN R. Facts of (financial) life: political power and re-visualization strategies. Convergence: **The International Journal of Research into New Media Technologies**, v. 28, n. 1, p. 92–108, 2022a. DOI: 10.1177/13548565211045533.
- AMIT-DANHI, EEDAN R. Strategic temporality: information types and their rhetorical usage in digital election visualizations. **International Journal of Communication**, v. 16, 2022b. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/18500/3823>. Acesso em: 16 jan. 2026
- COECKELBERG, MARK; GUNKEL, DAVI J. **Communicative AI**: a critical introduction to Large Language Models. Cambridge: Polity Press, 2024.
- DENEUVILLE, Allan. **Revenir sur Boutcha** : désinformer la guerre en Ukraine avec l’OSINT. Analyse Opinion Critique, 2024. Disponível em: <https://hal.science/hal-04611799> . Acesso em: 16 jan. 2026.
- FLORIDI, LUCIANO; NOBRE, ANNA C. Anthropomorphising Machines and Computerising Minds: The Crosswiring of Languages between Artificial Intelligence and Brain & Cognitive Sciences. **Minds & Machines** 34, 5 (2024). <https://doi.org/10.1007/s11023-024-09670-4>
- GOFFMAN, ERVING. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.